

AS INFÂNCIAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Maísa Ferreira

Marina Contarini Boscariol

Desde a década de 1990, as crianças bem pequenas são alvo de políticas públicas mais intensas e extensas para a sua formação. Isso evidencia-se tanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), que tornou a educação infantil parte da educação básica, e, consequentemente, obrigatória, quanto pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que traça metas para a sua universalização. Não à toa, cresce a produção de saberes sobre os infantis.

É comum escutarmos sobre a infância, seus saberes, seus desejos e o que se deve ou não se fazer nela. O presente texto provê a apreciação do livro “Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança *cyber*”, de autoria de Leni Vieira Dornelles e publicado em 2005. Nessa obra conseguimos refletir sobre a produção do sujeito infantil e a relação entre infância e poder. Para isso, a autora utiliza como lente de análise a *genealogia* de Michel Foucault.

Leni Vieira Dornelles é formada em pedagogia, mestra, doutora em educação e fez pós-doutorado em estudos da criança em Portugal. Atualmente é professora-associada da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul e atua principalmente nos temas: educação infantil, cursos de mestrado e doutorado, formação de professor, ciberinfância, pesquisa com criança, estudos das crianças, estudos sobre raça e racialidade na infância.

Dornelles, em seu texto, acena:

Trato da invenção da infância e da sua visibilidade. Remeto-me à produção de sua historicidade e das práticas e “verdades” utilizadas para seu disciplinamento e produção como sujeito-aprendiz. Busco entender como, a partir daí, se fabricam modos de controle de corpos e almas infantis, com a finalidade de sua governamentalização, ou seja, como as crianças são governadas intensamente num jogo em que também governam a si e aos outros. Trato da infância como produto de uma trama histórica e social na qual o adulto que com ela convive busca capturá-la através da produção de saberes e poderes com vistas a seu gerenciamento. Meu propósito principal, no entanto, é problematizar como as crianças historicamente vêm nos escapando (Dornelles, 2005, p. 12).

Aproximamo-nos desse livro pois, quando iniciamos a nossa prática como professoras de Educação Física na Educação Infantil, percebemos que estar inserida na educação e não pensar em sua função social seria impossível. Essa reflexão influenciou o nosso modo de organizar aulas, criar objetivo, ensinar e

avaliar. Tudo que estávamos fazendo dentro da sala de aula pautava-se em concepções de escola, aprendizagem, educação física e infância. Pois bem, que concepções? Essa inquietação fez com que mergulhássemos nos estudos e estarmos, hoje, com mestrados em andamento que transpassam essas temáticas. Foi assim que chegamos a obra de Dornelles, uma autora que, assim como nós, se preocupa com as crianças e nos permitiu pensar e problematizar sobre, especificamente, a produção da concepção de infância, para então refletirmos e formularmos sobre as práticas pedagógicas da Educação Física Escolar.

Organizamos essa resenha seguindo sumário feito pela autora, pois acreditamos que a sistematização realizada nos ajuda a compreender a argumentação proposta pelo livro. A obra é dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo, “Inventando infâncias” (p.11), apresenta os seguintes itens: governando crianças, uma história, sentimento e governo dos infantis, emergência da família, governo das populações e da espécie, ciências humanas e institucionalizando a infância. Nesse primeiro momento, a autora explica a trajetória da infância na modernidade e para isso utiliza-se dos autores Walkerdine, Varela, Narodowski, Fendler, Veiga-Neto e Carvalho. Dentro desse panorama da invenção da infância, a autora mostra que, para inventá-la, estratégias de governá-la precisaram ser pensadas e reproduzidas no âmbito social.

No primeiro item, “Governando crianças” (p.11), Dornelles nos explica que, com a ideia ocidental

de infância consolidada no Iluminismo, a criança passou a ser pauta dos saberes. Reproduzia-se a ideia de crianças dependentes, incapazes de governar-se, o que possibilitou conhecê-las. Este ser incapaz de controlar a si torna-se um objeto de saber, ou seja, produziu-se saberes específicos que definiram a infância e as tecnologias adequadas para intervir sobre ela. Essa necessidade do saber atenderá a necessidade de uma vontade de poder, pois é preciso governar os infantis para torná-los adultos úteis. Assim, cria-se “verdades” sobre as crianças, definindo o que elas podem, o que elas não podem, do que elas devem gostar, do que elas não devem gostar, criando-se normas na intenção de uma homogeneização do ser criança.

No segundo item do primeiro capítulo, “Uma História”, (p. 24) a autora mostra como a infância é produto de uma trama histórica e social. Dornelles cita Philippe Ariès como um autor importante para os estudos que contam sobre o aparecimento da infância no Ocidente. Ariès explica que até o século XVI as crianças eram tidas como adultos de tamanho menor, porém sem estatuto específico. Elas se inseriam em práticas cotidianas que, atualmente, são caracterizadas por práticas de adultos: trabalhavam, viviam nascimentos, doenças e mortes, assim como também participavam da vida política, guerras, execuções, entre outras.

Ainda segundo Ariès, a partir do século XVII emerge na França o “sentimento de infância”, a ideia de

que a criança passa a ser associada com a ideia de dependência, fragilidade e inocência, o que depois torna-se hegemônico no ocidente. A autora continua dizendo sobre a importância desse “sentimento de infância” no terceiro item do primeiro capítulo “Sentimento e governo dos infantis” (p. 28).

As condições históricas que envolveram a produção do “sentimento de infância” mostraram o quanto esse sentimento se fez necessário no século XVI. Foi a partir dessa ideia de “sentimento de infância” que se criaram técnicas para preservar as crianças dos hospícios, da educação artificial das crianças ricas, e também para prevenir mortes das crianças, possibilitando fazê-las viver. Depois, no século XVIII, a contracepção começa a ser discutida para evitar o nascimento de crianças, assim as já nascidas teriam mais sustentação para não chegarem a morrer, o que fez com que os discursos médicos comessem a ganhar força, criando-se novos hábitos e costumes.

Para colocar em prática esses novos hábitos, as crianças são capturadas pelas instituições. As crianças nobres - que frequentavam a escola - eram sujeitadas a técnicas para serem dóceis, manipuladas e domesticadas. Toda essa regulação deu a possibilidade para institucionalização e escolarização massiva da infância no século XIX, fazendo com que novas pedagogias surgissem, enfatizando principalmente as características identificadas como parte do desenvolvimento natural do infantil. A autora cita o modelo de educação rousseauniana como a principal

pedagogia quando o assunto era esse desenvolvimento natural, o que produziu o sujeito infantil moderno, educável, controlável e governável. É a partir dele que os estágios de desenvolvimento, com as quais tanto nos deparamos atualmente, passaram a fazer parte das práticas educacionais.

No quarto item do primeiro capítulo, “Emergência da família” (p. 40), a autora mostra como, depois dessa emergência da infância, dita nos itens anteriores, a ideia de família é modificada. É no século XVIII que a família passa a ser um lugar obrigatório de afeto; além disso, as famílias devem ficar isoladas, dentro de suas casas protegidas dos estranhos das ruas. Porém, Dornelles faz um destaque: essa captura das crianças para dentro de casa dependia da classe social, porque das mães de classes mais pobres o Estado tomou conta aumentando as políticas de assistência. Essa alteração da concepção de família Dornelles considera uma outra técnica de governar os infantis, que posteriormente teve responsabilidade dividida com a educação escolar.

Em continuação, o item cinco do capítulo 1, “Governo das populações e da espécie” (p. 46), Dornelles cita o conceito biopolítica – economia política de vida – de Foucault para entendermos essas técnicas de regulação da vida das pessoas, pois é a partir da metade do século XVIII que a arte de governar torna-se um dispositivo importante para o governo das populações. A população torna-se um sujeito com necessidades, por isso é preciso gerir a vida desses

indivíduos: saúde, higiene, natalidades, raças, de forma a tornar a população calculista.

Toda essa preocupação com os indivíduos faz surgir saberes que dão a condição de existência das “Ciências Humanas” (p.51), assunto sobre o qual Dornelles se debruça no item seis do capítulo um. É nas Ciências Humanas que o objeto é o próprio sujeito, em que ele conhece e é conhecido ao mesmo tempo. As Ciências Humanas dão a possibilidade de a infância ser falada em profundo detalhamento. Para ser dita, criam-se formas de saber que produzem “técnicas de observação, de descrição, de classificação, de distribuição, de homogeneização, etc., segundo determinada norma” (Dornelles, p.55).

Enfim, no último item do capítulo um, “Institucionalizando a infância” (p. 57), Dornelles afirma que essas possibilidades de a infância ser vista faz com que se produzam: novos agentes educativos com formações especializadas, estatuto da infância e, também, espaços fechados para o controle dos saberes, assim como a escolarização. No espaço escolar, a Educação Física era fundamental para esse poder disciplinar, pois significava uma grande transformação social.

Seguindo para o próximo capítulo, “Infâncias que nos escapam: a infância ninja” (p.71), Dornelles apresenta três itens: uma outra escapada: “a *cyber*-infância, *cyber*-infância e consumo e produz-se o final do jogo ou as cartas marcadas?” Nesse segundo

momento a autora identifica, dentro de inúmeras infâncias que estão em nosso cotidiano, a infância *ninja* e a infância *cyber*. Ademais, ela indica a inutilidade de dizermos que existe uma infância única, natural, atemporal e idealizada. Ela afirma que, apesar de estarmos vivendo a produção da infância moderna, não dá para falar de só uma infância, pois, enquanto no capítulo anterior Dornelles tomou conta da invenção da infância como uma técnica de governo na tentativa de homogeneização dos sujeitos diante a complexidade do mundo, nesse capítulo ela citará dois, dos vários exemplos, de infâncias que compõem as nossas experiências atuais.

No primeiro item “Uma outra escapada: a *cyber-infância*” (p.78) lembra-se o quanto a infância que está sendo afetada pelas novas tecnologias é considerada como perigosa. As crianças que têm acesso a novas tecnologias compõem, segundo Dornelles, a infância *cyber*. A autora acredita que o medo - dos adultos - produzido por essa infância é devido ao fato de que não conseguimos ter um saber maior do que elas nas tecnologias e, por isso, maior dificuldade de governá-las. A outra infância que a autora cita nesse capítulo é a infância “*ninja*”, que ela entende como as crianças que estão à margem, ou seja, distanciadas dessas tecnologias, crianças que na grande maioria das vezes não estão nem dentro de casas. Com esses dois exemplos de infância descritos por Dornelles, acreditamos que seja um dado apresentado pela autora no sentido de afirmar, novamente, de que não existe

uma única infância, e sim as infâncias.

O item dois do capítulo dois, “*Cyber* infância e consumo” (p.89), traz essa relação da *cyber* infância com o consumo, pois sabe-se que desde a década de 1980 o mercado infantil ganha visibilidade e a criança torna-se cliente a partir da internet, televisão e celular. Ou seja, as crianças adquirem práticas influenciadas por essas vias de comunicação atuais, o que as faz sentir-se pertencentes a um espaço que, ao mesmo tempo que distingue, também homogeneiza.

Enfim, no último item, “Produz-se o final do jogo ou as cartas estão marcadas” (p. 98), a autora o trata com um caráter conclusivo. Nele, Dornelles novamente pontua a infância *cyber* e a *ninja*, cita, ainda, outras infâncias, no sentido de entendermos os paradoxos das narrativas que produzirão a infância vítima ou vitimada e, também, enfatizar as diversas concepções de infância existentes. A autora afirma que devemos problematizar a infância como uma concepção socialmente e historicamente elaborada, e, então, percebida como manifestação plural e não homogênea. Dornelles acredita que tendo esse olhar para/com a infância faz com que elas sejam vividas cada uma em sua particularidade.

Ao terminar a leitura desse livro e voltarmos às nossas inquietações sobre a concepção de infância, Dornelles nos ajuda a entender que não existe uma única infância e sim várias infâncias. A infância foi produzida pela modernidade a fim de governar esses

sujeitos infantis para torná-los adultos úteis. Porém, com as características atuais da nossa sociedade, novas formas de governar foram sendo produzidas, os infantis vão cada vez mais se governando, o que acaba criando outras singularidades, como a própria autora exemplifica: a infância *cyber* e a *ninja*.

Dessa forma, compreendemos que a Educação Física Escolar deve possibilitar às crianças a compreensão dos aspectos que as regulam e as governam, pois assim permitirá que elas construam outras formas de ver-se e narrar-se. Sendo assim, é inegável a necessidade de uma prática pedagógica que veja e entenda as diversas infâncias a fim de criar, com elas, a possibilidade de elas serem produtoras de suas formas de vida.

Referência bibliográfica

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam:** da criança na rua à criança *cyber*. Editora Vozes, 2005.